

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) CHEFE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU, RESPONSÁVEL PELO EDITAL DE PREGÃO
PRESENCIAL Nº 39/2021.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 39/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU	
ESTADO DO PARANÁ	
PROTOCOLO	
Nº	2707/21
EM DATA DE:	11/05/21
RESPONSÁVEL PROTOCOLO	
(42) 3278-8100	
RUA FRANCISCO S. KORTZ, 471 - IMBAU - PR	

S.M.BUDNIAK & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.425/0001-15, com sede na Rua Prudente de Moraes sob o n.º 230, Bairro Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.400-000, telefone para contato (42) 3523-6202, e-mail: grupoagil@yahoo.com, por meio de seu SÓCIO ADMINISTRADOR, **SERGIO MIGUEL BUDNIAK**, portador do RG sob nº 5.368.429-7, inscrito no CPF sob nº 726.297.469-68, residente e domiciliado na Rua Elias Niemann, nº 105, Bairro São Basílio Magno – União da Vitória - Estado do Paraná, vem respeitosamente a presença de vossa senhoria apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO**, referente ao processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial SOB N.º 39/2021, pelos motivos de **FATO** e de **DIREITO** que a seguir passa a expor:

Grupo Ágil Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio Gerente

I- DA TEMPESTIVIDADE

A presente MANIFESTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO é tempestiva, vez que o prazo para a apresentação da mesma findar-se-á no dia 21/05/2021 conforme os itens 4.1 do presente ato convocatório.

II-DA REALIDADE FATICA

É conhecido que a Administração Pública tem como dever exigir a documentação necessária e indispensável para a execução do contrato celebrado por processo licitatório, para assim verificar a idoneidade e a capacidade do cumprimento por parte das licitantes.

Ocorre que, para tal cumprimento a Administração Pública dispõe de determinada discricionariedade na avaliação da complexidade da almejada contratação, assim estabelece requisitos que são indispensáveis a garantia da perfeita execução do contrato por parte do vencedor. Tal discricionariedade em nada se assemelha a arbitrariedade. Neste sentido Julieta Mendes Lopes Vareschini:

“O edital deverá disciplinar os documentos que serão exigidos para fins de habilitação, dentre os elencados nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93. Esses dispositivos devem ser interpretados em consonância com o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, cujo teor estipula que somente poderão ser solicitadas exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Assim, à luz das características do objeto deve-se verificar que as exigências prescritas nos aludidos dispositivos são imprescindíveis para que a entidade avalie a capacidade e

Grupo ÁGIL Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio-Gerente



idoneidade as licitantes em atender, de modo satisfatório, o interesse público almejado com a instauração do certame.

Neste mesmo sentido é o entendimento de Marçal Justen Filho:

“A determinação do grau de severidade a ser adotado relativamente às condições de participação depende do caso concreto. A lei pode estabelecer exigências mínimas e máximas, mas a determinação específica será variável caso a caso e dependerá das características do objeto a ser executado. O nível de seriedade das exigências de participação será sempre um reflexo das características do objeto licitado”.

III- DOS FUNDAMENTOS

a) **Comprovação de Capacidade Técnica.**

Pois bem. Quando o objeto da licitação está relacionado aos serviços terceirizados, isto é, no caso em tela trata-se de prestação de serviços de serviços gerais para o município Imbaú- Estado do Paraná, o processo licitatório tem entre suas finalidades procurar a proposta mais vantajosa para o Poder Público, e proporcionar um elevado nível de competitividade e igualdade de tratamento entre os participantes do certame, de forma a garantir o cumprimento dos princípios constitucionais da eficiência e isonomia, consoante art.37 da Constituição Federal de 1988.

Assim, para estabelecer quais os requisitos essenciais à participação das licitantes, a Administração dispõe de certa discricionariedade e deve avaliar a complexidade da futura contratação, estabelecendo os requisitos indispensáveis à garantia de uma perfeita execução do contrato por aquele que sagrar-se vencedor. Discricionariedade esta que não pode ser confundida com arbitrariedade, sendo que a escolha da Administração está delimitada não apenas pela Lei como também pela própria Constituição.

Conforme transcrito na maiorias dos editais dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul:

Atestado/Certidão/Declaração emitido por pessoa de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a execução dos serviços em características compatíveis com o objeto da licitação. Caso o atestado seja emitido por empresa privada, deverá ser fornecido preferencialmente em papel timbrado, devidamente assinado pelo representante legal da empresa, contendo o nome do mesmo, carimbo e CNPJ da empresa.

Nesta senda se faz essencial a apresentação do atestado devidamente registrado no Conselho competente, sendo este o CRA (Conselho Regional de Administração)

b) Planilha de composição de custos

A respeito da Ausência de Planilha de Composição de Custos, verifica-se que o edital apresentou apenas a proposta, sem contudo, apresentação de planilha de composição de custos.

Tal omissão constitui direta violação ao Artigo 7º, §2º, inciso II, e ao artigo 40, §2º, inciso II, ambos da Lei n.º 8666/1993:

Grupo Ágil Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio-Gerente

Art. 7o As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: (...)

§ 2o As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando: I - (...)

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários; (grifos de nossa autoria)

Art. 40. (...)

§ 2o Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante: I - (...)

II - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifos de nossa autoria)

Pela previsão dos referidos artigos, portanto, toda licitação inclusive de serviços, necessariamente possui como pressuposto de validade a existência de um orçamento estimado em planilha aberta de composição de custos unitários.

Tal planilha detalhada é essencial para que, no curso do certame, seja possível verificar eventual adequação dos preços prepostos aos valores de mercado, inclusive em relação a todos os componentes que repercutem na formação do preço final.

Este juízo quanto aos preços ofertados (se são exequíveis ou estão dentro dos padrões de mercado) depende diretamente da informação contida na estimativa de custos, sendo essencial para a análise a ser realizada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio.

A falta desta estimativa detalhada de custos inviabiliza a avaliação quanto à compatibilidade dos preços ofertados (avaliação esta a ser realizada na sessão pública do pregão). Tal circunstância macula o julgamento a ser realizado e, conseqüentemente, todo o procedimento realizado.

Grupo Ágil Serviços

Sérgio M. Budnik
Sócio-Gerente

Deste modo, uma planilha detalhada de composição dos preços ofertados é primordial para que a contratação possa ser efetivada corretamente, pela mesma lógica contida no artigo 40, §2.º, inciso II da lei 8666/1993 citado acima, não bastando a planilha contida no edital.

Sendo assim, ainda que não se apresente uma planilha detalhada dos custos, é essencial, de qualquer forma, que seja apresentado o valor orçado para a íntegra da prestação de serviço que se pretende licitar.

c) CRA Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Para garantir o objeto do certame visando ao pleno atendimento das necessidades da Administração Pública, se faz necessário a solicitação da Inscrição da empresa bem como a apresentação de profissional devidamente inscrito no CRA.

A Lei nº 4.769/65 determina, em seu art. 15, que "as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de Administrador", deverão estar obrigatoriamente registradas nos CRAs.

d) Visita Técnica Obrigatória

O Tribunal de Contas da União assim se manifestou acerca dos objetivos da prévia vistoria técnica:

"A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação e, via

Grupo Ágil Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio-Gerente

de consequência, que suas propostas Fl. 2 da Decisão de Pregoeiro n. 004/2013-SLC/ANEEL, de 25/04/2013. De preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais. ... Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.

Vale ressaltar que a posição atual do TCU, exposta no Acórdão nº 906/2012 (Plenário) somente torna facultativa a cláusula de vistoria prévia para os casos em que “por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, a vistoria pouco acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço”.

Na espécie, a necessidade de estipulação dessa exigência é determinada pelo tipo de objeto que será realizado pelo futuro contratado, e principalmente as condições físicas das estruturas, equipamentos e técnicas peculiares e relevantes para a execução do contrato, que não ficam claramente expressas nas descrições do ato convocatório.

e) Da qualificação financeira;

É evidente que o poder público deve se precaver, buscando evitar a contratação de empresas que não apresentem condições financeiras para bem desempenhar as obrigações assumidas, neste sentido o art. 31, §§ 2.º e 3.º da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), permite a administração pública incluir nos editais a exigência de capital social

Grupo Ágil Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio-Gerente

mínimo, quando o certame licitatório tiver por objeto compras para entrega futura ou execução de obras e serviços.

f) Atestado com no mínimo 50% da execução do objeto licitado;

É de suma importância que a empresa vencedora do certame demonstre a capacidade técnica para executar os serviços de maneira satisfatória, assim, é de grande importância que a empresa tenha realizado de maneira satisfatória o quantitativo de 50% a ser contratado.

A exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, para fins de atestar a capacidade técnico-operacional, deve guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto e recair, simultaneamente, sobre as parcelas de maior relevância e valor significativo. Como regra, os quantitativos mínimos exigidos não devem ultrapassar 50% do previsto no orçamento base, salvo em condições especiais e devidamente justificadas no processo de licitação. (Acórdão 244/2015 – Plenário)

Grupo ÁGIL Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio-gerente

IV-DOS PEDIDOS

DIANTE DO EXPOSTO, requer a empresa o acolhimento da presente impugnação bem como a sua procedência no que diz respeito a:

- a) Comprovação de Capacidade Técnica devidamente registrada no Conselho competente;
- b) Planilha de composição de custos do vencedor;
- c) Registro no CRA de Pessoa Física e Pessoa Jurídica;
- d) Visita Técnica obrigatória;
- e) Capital Social correspondente a 10% do valor licitado;
- f) Atestado com no mínimo 50% da execução do objeto licitado;

Nestes termos, pede o deferimento.

Grupo Ágil Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio Gerente

Missão

Capacitar, crescer e desenvolver,
proporcionando um ambiente seguro e
organizado, com a confiança e a lealdade de
nossa empresa, nos serviços prestados.

Endereço: Rua Prudente de Moraes, nº 230. Centro Porto União - SC

CNPJ: 07.188.425/0001-15

CONTATOS: (42) 99117-0304

Email: grupoagil@yahoo.com

(42) 99928-9634

Porto União, Estado de Santa Catarina, 17 de MAIO de 2021.



Grupo ÁGIL Serviços

Sérgio M. Budniak
Sócio-Gerente

S. M. BUDNIAK & CIA LTDA-ME

CNPJ: 07.188.425/0001-15

SERGIO MIGUEL BUDNIAK

CPF: 726.297.469,68

RG: 5.368.429-7

SÓCIO

07.188.425/0001-15

S. M. BUDNIAK & CIA LTDA.

Rua Prudente de Moraes, 230
Centro, CEP 89.400-000
Porto União - Santa Catarina